

## **O COMPLEXO DA EDUCAÇÃO E A REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

Regilane Simião Silva<sup>1</sup>  
Bárbara C.G Zeferino<sup>2</sup>  
Gisele da Silva Vasconcelos<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este artigo busca analisar e compreender a função social da educação nas sociedades de classes. E nesse sentido, buscou-se abordar a temática assumindo uma análise teórico-bibliográfica, ancorada sobretudo na teoria marxiana. Utilizou-se as contribuições de Marx (2011, 2013, 2019); Ponce (1996); Manacorda (1997); Mészáros (2006, 2008); Tonet (2012) Amorim (2018) dentre outros. Para tanto realizou-se um resgate histórico do modo como a educação aparece ao longo dos modos de produção, dentre eles: escravo, asiático, feudal e capitalista. Entende-se que a exploração da classe trabalhadora é a base da sociedade de classes, e a negação do conhecimento é uma forte expressão de tal exploração. Diante do exposto, conclui-se que, na égide do capital, a educação é transformada cada vez mais em uma mercadoria, negando cada vez mais o acesso da classe trabalhadora à educação como meio de aquisição dos conhecimentos historicamente produzidos

**Palavras-chaves:** Educação. Negação. Classe trabalhadora. Exploração

### **ABSTRACT**

This article seeks to analyze and understand the social function of education in class societies. In this sense, the theme was approached through a theoretical and bibliographic analysis, anchored primarily in Marxian theory. The contributions of Marx (2011, 2013, 2019); Ponce (1996); Manacorda (1997); Mészáros (2006, 2008); Tonet (2012) Amorim (2018), among others, were utilized. To this end, a historical recovery was carried out regarding how education appears throughout the modes of production, including: slave, Asian, feudal, and capitalist. It is understood that the exploitation of the working class is the foundation of class society, and the denial of knowledge is a strong expression of such exploitation. In light of the above, it is concluded that, under the aegis of capital, education is increasingly transformed into a commodity, further denying the working class access to education as a means of acquiring historically produced knowledge.

---

<sup>1</sup> Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará- UECE. Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas-UFPI. E-mail: regilanesilva184@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Professora Adjunta da Universidade Vale do Acaraú- UVA. E-mail:barbara.cgz@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará- UECE. E-mail: giselevasconcelosk87@gmail.com

Keywords: Education. Denial. Working class. Exploitation

## Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma reflexão crítica bem como um resgate histórico do processo de negação do processo educacional à classe trabalhadora por parte das classes dominantes. Desse modo, refletir sobre esses processos, sobretudo por meio de um resgate histórico, ajuda-nos a compreender como tal negação se perpetua nos dias atuais. A educação institucionalizada do modo como é oferecida no atual cenário de crise do capital, é fruto de todo um processo histórico, político e social da luta de classes sociais com interesses antagônicos. Orquestrada por um sistema econômico que se ergue, sustenta e se reproduz sob o trabalho explorado de seres humanos, característica essencial para sua manutenção.

Desse modo, preparar as pessoas para que sigam mantendo e perpetuando os princípios deste sistema torna necessário o domínio de alguns setores da sociedade que serão peças chaves para a propagação de suas ideias, dentre estes, a educação, sobretudo a institucionalizada, que vem ganhando nas últimas décadas papel de destaque por sua abrangência e parcial eficácia, pois mesmo sofrendo forte influência das demandas do capital, não deixa de apresentar contradições.

Mészáros na esteira de Marx nos explica que, sob a crise do sistema capitalista as relações de produção sofrem profundas mudanças na tentativa de estabilizá-lo, porém sem sucesso, repercutindo nas relações sociais entre os indivíduos as consequências nocivas das adaptações produzidas pelo sistema que aprofundam as condições de sobrevivência do ser humano. Nesta conjuntura, assistimos a educação institucionalizada ser bombardeada por reformas e programas que prometem melhorias em diversos aspectos da escola, da estrutura física passando pelos professores e agentes internos, bem como mudanças nos currículos e metodologias sem nunca ir à raiz do problema. Logo, é válida a crítica consciente diante dos desmandos do capital sobre a educação, sem nunca perder de vista a importância desta para a classe trabalhadora.

Neste sentido, o presente trabalho assume uma análise teórico-bibliográfica ancorada na teoria marxiana. Desse modo, autores como Marx (2011, 2013 e 2019) e Mészáros (2006, 2008). Tais teorias e estudos nos permitem ter uma compreensão aprofundada sobre os complexos do trabalho e da educação, os quais apresentamos

neste artigo. Destacamos ainda as contribuições de Ponce (1996), Manacorda (1997), entre outros autores.

Dessa forma, discorremos em um primeiro momento sobre a educação e sua função em diferentes formatos assumidos ao longo da história, trazendo um breve percurso histórico nos modos de produção escravista, asiático, feudal e capitalista. Já em um segundo, discutimos a forma e função que é imposta para a educação no modo de produção capitalista e seus desdobramentos no processo de humanização de homens e mulheres.

### **A função da Educação nas sociedades de classes**

Com o fim do regime comunal, veremos o surgimento da propriedade privada e da divisão social de classes. Desse modo, veremos que a primeira sociedade organizada a partir do domínio de uma classe sobre a outra será a escravista. Neste modo de produção a relação social se dava entre senhores e escravos, os quais também foram incorporados como meio para aumentar as riquezas e terras dos senhores. Ponce (1996) em seu livro “Educação e lutas de classes”, nos mostra que a escravidão era naturalizada, de modo que se aceitasse que para uns era destinado a tarefa de governar, para outros a tarefa de executar. “Agora, incorporar indivíduos estranhos à tribo, para explorar seu trabalho, era, ao mesmo tempo, necessário e possível” (Ponce, 1996, p. 25).

Veremos que o escravismo, como modo de produção, tem como principal berço a Grécia e a Roma antigas.. De acordo com Zeferino (2020), destaca-se na Grécia a produção agrícola como modo de subsistência principal e mais concentrado no meio rural. Já em Roma, essa produção se acentua no meio urbano, fortalecendo o latifúndio escravista. Como destaca Zeferino (2020, p. 57) “Desde as obras públicas até a própria produção militar eram executadas pelos escravos”.

O intuito, também, era fortalecer o exército, pois não bastava somente o domínio de terras. Nessa perspectiva, os sujeitos desempenhavam papéis sociais de acordo com as demandas do modo de produção existente, o qual também determinava o papel que a educação cumpria para cada classe. Na sociedade escravista greco-romana, a educação pode ser vista de acordo com tal antagonismo. Para melhor compreensão de como se deu tal antagonismo no modo de produção escravista, destacamos a sociedade de Atenas, de Esparta, na Grécia e de Roma.

Em sociedades como Atenas, na Grécia, as mulheres por exemplo não eram consideradas cidadãs, por isso não tinham acesso a nenhum tipo de educação, pois a figura feminina era considerada inferior, e quando havia algum tipo de instrução era uma educação também inferior. “Perdeu igualdade e passou à servidão [...] a sua educação, ao mesmo tempo, passou a ser uma educação pouco superior à de uma criança” (Ponce, 1996, p. 31, grifo nosso).

Também perceberemos que, em determinadas regiões como Esparta, a educação estava associada à formação de força militar, a exemplo dos espartanos, em que o foco era assegurar o fortalecimento do poder militar. Como destaca Ponce (1996, p. 40): “Do ponto de vista da educação [...] às classes superiores transformaram a sua organização social num acampamento militar, e fizeram com que a educação estimulasse as virtudes guerreiras”.

Já em Atenas, a formação do homem cidadão era um forte ideal da formação grega. Logo, a educação estava voltada para aqueles que eram considerados afortunados. Desse modo, os considerados afortunados eram aqueles que receberam uma instrução como futuros dirigentes para ocupar cargos essenciais de domínio político. Por isso, destaca Manacorda (1997, p. 55): “Para os afortunados que continuavam os estudos, culminava no dizer e fazer as coisas da cidade”. Nesse sentido, essa formação da classe dominante é voltada para a formação política e para o exercício do poder.

O autor ressalta que existe, nessa sociedade grega, uma educação que prepara para as tarefas do poder, do pensar e do falar. Podemos identificar tal afirmação por meio do que escreve Manacorda (1997, p. 11): “Como se sabe, existe toda uma literatura sapiencial, feita de ‘ensinamentos’ morais e comportamentais [...] esta literatura pressupõe a existência de uma verdadeira escola de vida reservada às classes dominantes”. Nessa perspectiva, a classe que domina toma para si tarefas relacionada, sobretudo, à cidade, enquanto que a classe dominada se restringe ao trabalho escravo, servil e militar.

Ainda na educação grega, Ponce (1996) destaca que a intencionalidade dessa educação é reforçar o domínio e criar mecanismos, por meio sobretudo da educação, para que os explorados não tomem consciência de sua condição. O autor ressalta que a educação para os filhos dos nobres ofertava-se de modo totalmente diferente, visto que para esses se oportunizou todos os graus de ensino. No entanto,

quando essa educação era oferecida para a classe dominada, “apenas conseguiam adquirir os mais elementares conhecimentos de leitura, escrita e cálculo” (Ponce, 1996, p. 51).

Em Roma, a educação tinha características mais específicas. Nos diz Manacorda (1992), que a intencionalidade desta se voltou para fins morais e cívicos, e com uma forte influência da religião. Ainda em Roma veremos surgir a educação primária, com alguns níveis de ensino que só os nobres podiam acessar.

Não obstante, a igreja, em conformidade com os interesses do Estado, também se encarregava de perpetuar tal domínio. O mesmo se dava por meio da religião e seus cultos sagrados. Desse modo, tendo a igreja forte influência em tudo que diz respeito às ações do Estado, essa também se dedicou a cuidar da educação. Havia desse modo a relação entre os “deuses”, que dominam, e os “crentes”, que devem ser submissos. Portanto, conformar os homens à escravidão, fortalecer o poder militar e formar os homens da classe dirigente foi um dos principais marcos da educação no modo de produção escravista.

Entretanto, com o declínio do Império Romano, as relações baseadas no modo de produção escravista chegaram ao fim. No entanto, continuou a exploração dos homens pelos homens, numa relação cada vez mais alienada. Antes de adentrarmos o modo de produção Feudal, que também se estabeleceu por meio da exploração do trabalho, abordaremos também neste artigo o modo de produção Asiático.

Alguns autores apontam que esse modo de produção, como o escravista, foi um dos primeiros em substituição ao regime comunal, perdurando em algumas regiões até o surgimento do capitalismo. Embora não haja muitos escritos acerca do modelo de produção asiático, buscou-se abordar brevemente o que o mesmo representou na história. Tal modo de produção decorre na região da Ásia, a qual era composta por comunidades antigas, concentrada no Oriente Médio, tendo também influência no continente da América Latina e algumas civilizações como os Maias, os Incas e os Astecas.

Em “Introdução à Filosofia de Marx”, Lessa e Tonet (2004) enfatizam que junto com as sociedades escravistas, as sociedades asiáticas foram as primeiras que tiveram em suas bases a exploração dos homens. Os autores destacam que, embora

seja diferente a exploração em cada sociedade, no modo de produção asiático essa exploração também é intensa.

Nesse sentido, embora pouco abordado na literatura, esse modo de produção foi tão importante como os outros, contudo, teve características muito singulares, por perdurar até o início do capitalismo como modo de produção. Para Lessa e Tonet (2004), a dominação nas sociedades asiáticas se dava sobretudo por meio do regime de castas, e por meio dela perpetuava-se as desigualdades na distribuição de riquezas.

Por conseguinte, a apropriação do trabalho acontecia pela forte centralização do Estado e alta cobrança de impostos. Zeferino (2020) ao abordar o modo de produção asiático, descreve uma economia baseada na agricultura, pecuária e sistemas de irrigação, ressaltando que o Estado criava uma situação de dependência. A responsabilização pela produção também designava os sujeitos a pagar impostos abusivos, aprofundando tal dependência. Desse modo, os camponeses estavam ligados à terra, bem como a essa economia.

Aprofundando o modo de produção Asiático, Antunes (2003) em sua dissertação intitulada: “Marx e o Último Engels: o Modo de Produção Asiático”, abordando o estudo teórico de Marx, defende que para ele, o modo de produção asiático coexistiu com todos os outros modos de produção até o século XIX. “existiu como modo de produção predominante da produção em todas as sociedades que chegaram a esta fase (média) da barbárie, inclusive entre os povos asiáticos” (Antunes, 2002, p. 39).

O autor também destaca que a divisão do trabalho é baseada na hereditariedade. “Onde o indivíduo não tem a oportunidade de desenvolver novas habilidades, a não ser aquelas que as *leis consuetudinárias* lhe permitiam, ou seja, que lhes são transmitidos de pai para filho” (Antunes, 2003, p. 117, grifo nosso). Ademais, sob essa forma de organização, o povo era levado a fazer tudo que o déspota (governante) mandava, pois as atribuições do governo eram imbuídas por um caráter divino.

O déspota era muitas vezes a própria personificação divina, o pai da comunidade, “será ele quem se apropriará do excedente da população” (Antunes, 2003, p. 20). As obras de irrigação, por exemplo, não aparecem como trabalho coletivo ou esforço em benefício da comunidade, mas como benefício em nome do déspota .

Para concluir, o autor também apresenta uma breve diferenciação entre o que representou a sociedade de castas e a sociedade de classes, que se deram de modos diferentes em outras regiões, a exemplo da Índia.

Para além do território asiático, Antunes (2003) vai dizer que esse modo de economia do tipo asiático vai influenciar outras civilizações, a exemplo dos maias, incas e astecas. Em síntese, embora não encontremos muitas definições mais abrangentes de educação, é exatamente nessas últimas civilizações citadas que o autor nos permite ter alguma noção de educação. “Os descendentes das castas recebiam uma educação adequada para o mando e a administração do império”. (Antunes, 2003, p. 138).

A educação no modo de produção asiático seguia de acordo com a ocupação social do indivíduo dentro da sociedade, preparando também para o exercício do poder e baseado, sobretudo, no sistema de castas. Dessa forma, se um indivíduo pertencia a uma casta privilegiada, esta recebia uma educação de igual modo, todavia, se fosse filho de um agricultor, estava destinado somente ao trabalho agrícola. Portanto, o modo de produção asiático também foi importante na história (embora pouco seja abordado) e influenciou muitas outras civilizações.

No processo gradual de transição e declínio entre a sociedade escravista para o Feudalismo se estabeleceram novas relações de produção entre classe dominante e classe dominada. Tal processo também reestruturou significativamente as dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais. Todavia, seguiu o mesmo caráter de exploração. O feudalismo se constituiu aos poucos como um novo modo de produção das sociedades de classes, no qual também surgiram as primeiras ideias pré-capitalistas. O modo de produção feudal foi o modelo social primordial para permitir a estruturação econômica da sociedade capitalista que veremos se enraizar durante o feudalismo. Tal sistema se caracterizou sobretudo pela servidão, tendo em vista que os servos estavam submissos à terra e ao senhor feudal.

Marx (2013) também vai descrevê-los como assalariados agrícolas, que empregam seu tempo para servir aos grandes proprietários. Os senhores feudais tinham seu poder baseado no caráter da servidão, numa relação baseada num contrato que prendia os servos ao feudo, bem como uma série de obrigações. “O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava na extensão de seu registro de rendas, mas no número de súditos” (Marx, 2013, p. 964).

Toda a produção no campo era realizada pelos servos, que também ficavam com uma pequena parte da produção. Acerca dessa produção, os autores Lessa e Tonet (2004) ressaltam que a maior parte da produção ficava com os donos dos feudos, o que estabelecia uma relação de dependência. Alguns servos além de serem donos de uma pequena parte da produção também possuíam algumas ferramentas, no entanto, como estamos falando de um regime baseado na divisão de classes, cada um tinha seu lugar de acordo com a sua posição social.

No que concerne à educação no modo de produção feudal, essa se concentrava sobretudo nos monastérios. A Igreja como uma das maiores detentoras de terra, riqueza da época, teve não só forte influência, como um grande destaque pelo monopólio no que se refere a instrução de cada indivíduo, pois precisava garantir seu poder ideológico. Os monastérios, representavam tanta influência que Ponce (1996), vai descrevê-los como as primeiras "escolas medievais". "De um lado, os monges, dedicados ao culto e ao estudo, do outro, os escravos, os servos e conversos, destinados ao trabalho" (Ponce, 1996, p. 91).

Neste sentido, quem tivesse a possibilidade de acessar a educação nos monastérios ainda perceberia a divisão de classes no modo como era formulada tal instrução. De um lado havia a instrução destinada aos religiosos, que seriam futuros monges, de outro para a plebe, essa se mostrava como uma educação inferior, pois a educação da plebe não era vista como uma prioridade.

De acordo com Ponce (1996), as escolas monásticas se dividiam em relação ao que deveria ser ensinado. Havia a separação entre escola para "oblatas", com instruções religiosas, e as escolas voltadas para a instrução da plebe. "A finalidade dessas escolas *não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas campesinas com as doutrinas cristãs, e ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas*" (Ponce, 1996, p. 91, grifo nosso).

Por parte dos nobres havia ainda um certo desprezo pela instrução e pela cultura. "Ainda que, muitas vezes, soubesse ler, o nobre considerava a leitura como uma coisa de mulher" (Ponce, 1996, p. 93). No entanto, muitas mudanças ocorreram no modo como se organizava a economia feudal, o que permitiu o surgimento de uma nova classe social, mudando também a forma como a educação seria incorporada. A igreja agora deveria expandir também sua educação para além das escolas monásticas, dando surgimento às "escolas das catedrais".

Sob a influência da nova burguesia, a instrução se torna uma necessidade. De acordo com Ponce (1996), estimulou-se uma formação para leitura, escrita e cálculo, a qual era destinada apenas à uma pequena parcela que tinha acesso à instrução em alguns monastérios. A fim de aprimorar os conhecimentos da burguesia, surgem as primeiras universidades. Todavia, destaca Ponce (1996, p.103): “O simples fato de que o ensino era pago indica bem qual espécie de alunos que frequentavam as universidades”.

Essa escolarização vai se estabelecer de modo mais abrangente na educação do homem burguês (que veremos mais à frente). Ponce (1996, p. 104) esclarece ainda que “Enquanto a burguesia rica triunfava nas universidades, a pequena burguesia invadia as escolas primárias”. Nesse sentido, diante das constantes transformações que foram surgindo, a economia estabelecida, até então pelos senhores feudais, entra em crise. O desenvolvimento de uma economia por meio da manufatura aos poucos vai se estabelecendo de forma mais especializada.

Além disso, após o processo de aprimoramento da manufatura, a economia se organiza de forma cada vez mais industrial. Sob o domínio da nova burguesia, essa expansão comercial se torna maior, ampliando a exploração dos trabalhadores. Logo, se estabelece o domínio de uma nova classe social, que ganha ênfase com a expansão e desenvolvimento do comércio e atividades industriais. Como ressaltam Lessa e Tonet (2004, p.37): “Com o comércio e as cidades, surgiram duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses”. Além disso, iremos perceber a institucionalização da escola e também o surgimento de algumas universidades. Vai se formando uma educação que ficou conhecida como a educação do homem burguês.

### **A educação no modo de produção capitalista e o processo de mercantilização**

Com a Revolução industrial no século XVIII, o processo de expansão e, consequentemente, de acumulação de riquezas, tornou cada vez mais nítida a divisão entre trabalhadores e os donos dos meios de produção. Desse modo, a burguesia e o proletariado são as novas classes sociais que vão se estabelecendo. Nesse sentido, veremos desenvolver-se no seio da sociedade burguesa o modo de produção

capitalista, que a sua expansão vai ocorrer tanto por meio do comércio e da apropriação de novos territórios, quanto também pelo desenvolvimento da indústria.

Para Marx (2013), a exploração dos homens é a base desse modo desse modo de produção. Os indivíduos são separados do trabalho e não possuem os meios de produção, nem tampouco a liberdade, pois precisam vender a sua força de trabalho. Inseridas na lógica de funcionamento das fábricas, sendo submetidas a longas jornadas de trabalho, junto com os adultos, estavam também muitas crianças.

De acordo com Marx (2011) a partir desse momento os indivíduos se tornam propriedade do capitalismo, o autor também descreve esse processo como escravidão moderna, em que os homens se tornam um artigo na mão dos capitalistas industriais, uma vez que tal sistema exige uma servidão disfarçada de autonomia, na qual os indivíduos vendem sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência, agora como homens “livres”.

Marx (2013) nos mostra que as relações sociais e a economia no modo de produção capitalista se dão por meio da alienação e exploração, mas com características bem diferentes dos modos de produção anteriores. Em suma, o homem burguês ergue sua riqueza por meio do discurso do indivíduo livre e autônomo. O desenvolvimento do trabalho fabril produz uma sociedade que compra a força de trabalho das massas, tornando-a mercadoria. Por isso, ressalta Marx (2013, p. 544): “E assim ela aparece, por um lado, como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade e, por outro lado, como meio para uma exploração civilizada”.

Na obra, “Manifesto do partido comunista”, Marx e Engels (2011) destacam que: “Estes trabalhadores, que precisam vender a si próprios, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e são, por consequência, expostos às vicissitudes da competição, a toda flutuação do mercado” (Marx; Engels, 2011, p.18).

Na sociedade burguesa tudo está condicionado de acordo com as leis de mercado, inclusive as pessoas são consideradas como produtos. Por conseguinte, nessa relação em que os indivíduos são vistos apenas por sua capacidade de produzir, sempre há aquele que oferece mão de obra, e aquele que compra a força de trabalho. Nessa perspectiva, o capitalismo rompe com qualquer forma de trabalho coletivo, ou em grupos, instaurando também o individualismo, afastando qualquer possibilidade de cooperação entre os trabalhadores.

Portanto, os autores ora citados, afirmam que esse suposto desenvolvimento difundido pelo capitalismo, "converteu mérito pessoal em valor de troca [...] Em uma palavra, substituiu a exploração velada por ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, impudente, direta e brutal" (Marx; Engels, 2011, p. 2013). Por meio deste discurso, os capitalistas disseminam valores e ideias pautadas na exploração disfarçada de liberdade, buscando também incorporar outros mecanismos, a exemplo da educação para facilitar a interiorização de suas ideias.

Em "A Teoria da Alienação em Marx", Mészáros (2006) explica sobre a intensificação dessa nova (embora nem tão nova) forma de escravidão, sob a qual os indivíduos são praticamente tidos como coisas. Relembrando a teoria de Marx, o teórico trata a respeito de uma espécie de reificação das relações sociais, conceito utilizado por Marx, na qual os indivíduos são considerados pelo capitalismo tão somente pelo seu valor enquanto mão de obra.

Mészáros (2006) também problematizou a falsa ideia de universalização da liberdade e autonomia na sociedade capitalista. À medida que o capitalismo se desenvolve, o discurso da autonomia carrega também consigo a necessidade de outro tipo de domínio. Nessa direção, a educação e a formação dos indivíduos para sua sociabilidade obrigam a classe detentora do poder, por meio do Estado, a oferecer progressivamente uma educação institucionalizada.

Desse modo, para a classe dominante se faz necessário dominar não só materialmente, mas também intelectualmente. "As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante" (Marx; Engels, 2019, p. 46, grifo nosso).

Como sabemos, nesse sistema que tudo se converte em mercadoria, a educação é influenciada pelo modo de produção e interesses de cada sociedade. Em determinado momento de sua expansão, a classe dominante reconhece que a educação também deve ser oferecida à classe trabalhadora. De início, buscou-se oferecer às massas saberes ligeiramente básicos, ao mesmo tempo em que se reconhecia o potencial da educação como mecanismo para perpetuar as ideias da classe dominante.

Por isso, parafraseando o que disse o economista Adam Smith, Marx (2013) vai descrever de que modo a burguesia pensou essa educação a ser oferecida

para a classe trabalhadora: “Como modo de evitar a degeneração completa da massa do povo decorrente da divisão do trabalho, A. Smith recomendava o ensino popular, a cargo do Estado, embora em doses cautelosamente homeopáticas” (Marx, 2013, p. 542).

Marx (2013) também ressalta que essa ideia, amplamente difundida, aparece como pano de fundo, por meio da qual se justifica o progresso social. Pois os capitalistas não o fazem porque preocupam-se com a educação da classe trabalhadora, mas sim porque é interessante em seu processo de acumulação ter uma mão de obra minimamente qualificada. Com a industrialização provocada pela nova economia burguesa, a educação formal, agora institucionalizada por meio da escola, servirá como um meio em que se faz necessário ofertar o mínimo de instrumentalização para atuar nas fábricas.

Maceno (2017) aponta que dentro do sistema produtivo das fábricas, havia aqueles que ocupavam outras funções, as quais demandam um pouco mais de conhecimento técnico-científico. Portanto, há uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa diferença entre os que dispõem de um saber especializado faz com que aqueles que não dispõem dos mesmos conhecimentos desempenhem outras funções e sejam mais explorados.

Amorim (2018) explica que essa forma de preparação, que marca o início da educação institucionalizada, é pensada estruturalmente de modo que haja sempre um excedente de indivíduos em condições miseráveis. Desse modo, faz com que estes estejam sempre sujeitos a vender sua força de trabalho sob qualquer circunstância. Para a autora, a função dessa educação conduz a um processo que nega o acesso à riqueza espiritual e principalmente material, mantendo os indivíduos em condição alienante.

Da mesma maneira, Mészáros (2006) enfatiza que a educação nessa sociabilidade tem por função preparar os indivíduos para servir ao capital, sendo inseridos no mercado de trabalho. A função social da educação, nesse sentido, servirá de início para atender a necessidade de especialização de mão de obra para o maquinário. Tendo em vista que esses eram um dos objetivos principais, o acesso à educação institucionalizada alcança determinada expansão do conhecimento para os filhos do proletariado. Dessa forma, controlada pelo Estado, a escola como uma instituição formal, já pode ser frequentada por todos os cidadãos. Nessa lógica de

aumento da instrução, por meio de instituições oficiais de ensino, como as escolas, os trabalhadores devem aprender o mínimo para que sejam eficientes na realização do trabalho fabril.

Logo, a formação para os filhos dos donos dos meios de produção demanda outro tipo de atividades. Uma vez que, se os sujeitos são tomados como coisas, na mesma medida busca-se fundamentar uma educação para reforçar tal intencionalidade. Apesar da institucionalização da escola, nesta sociedade regida pelos interesses da classe dominante, cada indivíduo ocupa e desempenha papéis de acordo com a sua condição social. "Em nenhum momento defende-se a imperiosa necessidade de apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade [...] para que nenhum trabalhador comprehenda a origem de sua exploração" (Freres; Rabelo, 2015, p. 64). Portanto, esse caráter de uma educação voltada para determinada demanda do sistema produtivo, busca a manutenção entre aqueles que continuarão a oprimir, e aqueles que continuarão sendo oprimidos.

Maceno (2017) nos mostra que a ampliação da educação escolar, com a função social que exerce, sempre estará de acordo com a natureza do capitalismo. Além disso, a educação é organizada de modo a manter as estruturas sociais para a reprodução da sociabilidade vigente, difundindo, seus princípios, ideais e concepções. Portanto, conduzem os trabalhadores para atividades que deverão se preparar para ocupar dentro do sistema produtivo.

O acesso a determinados saberes, notadamente os que exigem maior tempo de estudo, maior concentração no processo de aprendizagem e maior grau de complexidade, é restrito, de início, àqueles indivíduos que dispõem de determinadas condições de tempo, de liberação do trabalho (ao menos do trabalho precoce) e de melhores condições materiais de aprendizagem. (Maceno, 2017, p. 144).

Tonet (2012) nos afirma isto quando diz que não se poderia esperar outro tipo de educação de um sistema que promove um desenvolvimento excludente. Pois "é de sua natureza não apenas limitar o acesso ao número de pessoas, mas também quanto à qualidade do conteúdo, tendo sempre em vista que o objetivo último [...] não é a realização plena de todos os indivíduos". (Tonet, 2012, p.70). Nesse sentido, Tonet ressalta que tal limitação é própria da estrutura do capital, uma vez que cumpre exatamente a função de formar indivíduos qualificados como mão de obra, mas não como sujeito integral e crítico.

Tal qual nos afirma Marx (2011, p. 14), o capitalismo se configura como uma “enorme coleção de mercadorias”, por isso, a sua expansão depende cada vez mais do quanto se consegue ampliar seu poder de influência. A transmissão de ideias que torne legítimo o desenvolvimento capitalista proporciona a educação, e de forma mais específica os espaços formais como as escolas, um lugar de domínio intelectual, propagando a ideologia dominante e a instrução da classe trabalhadora como força de trabalho em potência, parafraseando uma expressão de Marx (2013).

Mészáros (2006) explicita o caráter extremamente problemático que a educação representa nesta sociedade regida pelo capitalismo, pois uma vez que se sugere que a mesma pode reparar e “superar” a divisão de classes, conduz os sujeitos para uma profunda alienação. Mészáros (2006, ps. 263-264):

As sociedades existem por intermédio dos atos dos indivíduos particulares que buscam realizar seus próprios fins. Em consequência, a questão crucial, para qualquer sociedade estabelecida, é a reprodução bem-sucedida de tais indivíduos, cujos “fins próprios” não negam as potencialidades do sistema de produção dominante. Essa é a verdadeira dimensão do problema educacional: a “educação formal” não é mais do que um pequeno segmento dele. [...] As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam automaticamente. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares interiorizam as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como limites inquestionáveis.

Para o autor, o capitalismo, ao se apropriar da educação dos indivíduos, tem como principal objetivo levá-los a internalizar as condições de existência do próprio sistema. Essa interiorização produz por outro lado uma conformidade alienante. Vale destacar que essa educação não carrega um sentido de formação humana, mas uma instrução tão somente para o trabalho e algumas atividades que mantêm os indivíduos na sua mesma condição de explorados.

Em outra obra de sua autoria intitulada “A educação para além do capital”, Mészáros (2008) discute acerca do processo de mercantilização que aquela vem sofrendo nas últimas décadas. Nesse sentido, a educação deixou de ser um meio de possibilitar o acesso pleno aos conhecimentos produzidos pela humanidade, pois “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria” (Mészáros, 2008, p.16).

Desse modo, esse processo que transforma a educação em mercadoria, não parte do comprometimento com a formação da classe trabalhadora, mas com a mercantilização da mesma em benefício do capital. Diante da crise na fase industrial

do capitalismo, outros campos de atuação precisaram ser aliados à nova demanda social. No século XX, a educação ganhou outras perspectivas de expansão, visto que a economia capitalista precisa ser reinventada. Tal economia passou por uma reorganização política, social e ideológica.

Na obra "A crise estrutural do capital", Mészáros (2000) discorre sobre a crise no mundo capitalista, sobretudo, na década de 1970. Tal crise foi influenciada por diversos elementos como descontrole financeiro, necessidade de reestruturação nos modos de produção e também a chamada "crise do bem estar social". Para reerguer-se, o capitalismo, como um sistema econômico global, tentou se recuperar passando por um ajustamento social, político e econômico. Os ideais neoliberais, que defendem mínima intervenção do Estado na economia, passaram a influenciar fortemente toda a sociedade em toda a sua estrutura. As reverberações de tal crise recaem diretamente sobre a classe trabalhadora, como já era de se esperar. Dentre elas, destacamos a intensa redução e negação dos direitos sociais, aumento substancial das taxas de desemprego e maior precarização do trabalho daqueles que ainda conseguiram se manter em seus empregos.

É justamente nesse contexto de reinvenção do capital que a educação, sobretudo a formal, é tomada como uma aliada na retomada econômica e expansão do capital. Conforme ressalta Tonet (2012, p. 32), "Isto acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir". Mais do que nunca, a educação será chamada a resolver os problemas da humanidade, adequando-se às exigências globais da sociedade moderna. A crise do capital, que recai diretamente sobre a educação, estimula um processo que iremos perceber como a mercantilização do ensino, a qual se intensifica ao longo do século XX. Em síntese, a educação é chamada a resolver os problemas da crise estrutural do capital. O pano de fundo é o mesmo, porém agora com um discurso de uma educação que contempla igualmente a todos os sujeitos, desconsiderando o caráter de classe do próprio sistema.

Mészáros (2008) nos lembra que esse processo, que transforma a educação em mercadoria, não parte do comprometimento com a formação da classe trabalhadora, mas com a mercantilização da mesma em benefício do capital. Todavia, cobra sempre mais dos indivíduos, os quais devem se adequar ao modelo econômico

do capital, porém, para além dos limites da educação que se oferta nas escolas. Com o sistema capitalista em crise, buscou-se alinhar a formação dos indivíduos à estrutura puramente econômica. Como bem foi teorizado na filosofia marxista, em boa parte de suas obras, sobretudo em "O capital", de fato a dominação capitalista sempre buscará se reinventar, de modo que a grande massa continue na pobreza.

## Conclusão

Ao analisar o complexo da educação atrelado à economia de cada modo de produção ao longo desta pesquisa, pode-se perceber que a exploração é a base elementar das sociedades de classes. Desse modo, desde que a educação foi apropriada pela classe dominante, a mesma vem perdendo sua função na transmissão e aquisição dos conhecimentos historicamente produzidos. Também a partir daí pode-se perceber que a classe trabalhadora teve suas possibilidades limitadas.

Quando analisamos como se deu a educação em cada sociedade veremos que será a classe trabalhadora a mais prejudicada. Nas sociedades escravistas, por exemplo, os escravos apenas receberam instruções a fim de desenvolver virtudes guerreiras e servir ao poderio militar, pois estes não eram considerados como afortunados. Já no modo de produção asiático, ancorado sobretudo no sistema de castas, apenas aqueles que nasciam numa casta privilegiada, conforme a hierarquia demandava, tinham acesso à educação, e esta também estava voltada para o exercício do poder e administração do império.

No Feudalismo quando tal educação foi ofertada de algum modo por parte da Igreja, a mesma designou-se apenas a reforçar os ideais dominantes, buscando conformar os sujeitos. Os quais recebiam conhecimentos elementares, enquanto os nobres tinham acesso a um saber mais refinado, tendo acesso inclusive à universidade. Veremos que com o desenvolvimento do capital industrial a função social da educação vai se distanciar cada vez mais da perspectiva de uma formação humana e crítica. A educação será tomada como aliada na propagação dos ideais da classe dominante, e embora todos já possam acessar a escola, essa educação cumprirá finalidades de acordo com as demandas produtivas do capitalismo. Com a

crise estrutural do capital, essa função social vem estimulando um processo que nega cada vez mais o acesso aos conhecimentos à classe trabalhadora.

Pode-se afirmar que, em síntese, a função social da educação nas sociedades de classes se assenta na necessidade de: manter os indivíduos em condição de exploração, formar mão de obra qualificada e controlar os indivíduos, de modo que perpetuem e defendam os interesses do capital. Todavia, apesar dessa intencionalidade, faz-se necessário defender e forjar processos educativos de modo que a educação, apesar do sistema social vigente, seja um meio de permitir a aquisição plena de todos os conhecimentos historicamente acumulados e produzidos, que só será também possível a medida que superemos radicalmente essa forma de sociabilidade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jair. **Marx e o último Engels: o modo de produção asiático.** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: :2003.

FRERES, Helena. RABELO, Jackline. Educação, desenvolvimento e empregabilidade: o receituário empresarial para a educação no Brasil. In: RABELO et. al (org.). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 247-254.

LESSA, S. TONET, IVO. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2004. **marxista.** São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MANACORDA. M. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã.** Vozes, 2019.

MARX, Karl. **O manifesto comunista.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital - crítica da economia política.** Livro I. IV- O processo de Trabalho e o processo de valorização. São Paulo: Boitempo, 2013.

PONCE, Aníbal, **Educação e luta de classes.** Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 15.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 93 p.

ZEFERINO, Bárbara. **Trabalho livremente associado: fundamento da sociedade emancipada.** Tese (Doutorado). UFC. Fortaleza, Ceará: 2020.